

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.501 - MG (2019/0255583-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADOS : ROBERTO PORTES RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
MG051255
FABRÍCIO FAUSTO LIMA RABELO - MG088776
IGOR HAVAN LAVARINI DE ARAÚJO - MG136700
PEDRO HENRIQUE PAIVA ABRANTES - MG161236
RECORRIDO : TARCIZO DE CASTRO
ADVOGADO : SIMÃO PEDRO GARCIA VIEIRA E OUTRO(S) - SP112980

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO DE SEGURO - PRESCRIÇÃO - PRAZO ÂNUO - TERMO INICIAL - FATO GERADOR DA PRETENSÃO - CIÊNCIA DA RECUSA DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO - PROPOSITURA DESTE FEITO HÁ MENOS DE UM ANO - PREJUDICIAL DE MÉRITO AFASTADA - CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA - PENHOR RURAL - COBERTURA SECURITÁRIA - COLHEITA DE CAFÉ - APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CDC E DOS PRINCÍPIOS DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL, DEVER DE INFORMAÇÃO E BOA-FÉ OBJETIVA - AUSÊNCIA DE ENTREGA DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AVENÇA AO SEGURADO - INOBSERVÂNCIA AOS ARTS. 6º, 111, 47 E 51, DO CDC - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA.

- A ação do Segurado contra a Seguradora prescreve em um ano (art. 206, §1º, II, "b", do Código Civil). - O termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data em que o Segurado foi cientificado da recusa administrativa de pagamento da indenização securitária, quando apresentada como causa de pedir e fato gerador da pretensão judicial. - O Contrato de Seguro se submete aos preceitos do CDC e consiste em negócio jurídico que deve estar imbuído da mais estrita boa-fé, tanto no momento da celebração, quanto no cumprimento da obrigação assumida, conforme disposto expressamente nos arts. 765 e 766, do CCB/2002. - O Consumidor que não obtém a ciência das condições gerais constantes na Apólice Securitária no momento da contratação, e posteriormente é surpreendido com a negativa da cobertura do seguro, não pode ser prejudicado pela infração ao dever

de informação cometida pela Ré (art. 6º, inc. III, do CDC).

A parte recorrente sustenta que o pedido inicial encontra óbice na prescrição, pois superado o lapso de um ano entre o fato gerador da pretensão de indenização (quando as chuvas arruinaram a plantação) e o ajuizamento da ação.

Conforme estabelece a legislação de regência, o termo inicial para a contagem da prescrição, no caso dos autos, corresponde à data do fato gerador da pretensão:

Art. 206. Prescreve:

§ 1º Em um ano:

(...)

II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

(...)

b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;

Com efeito, o fato gerador da pretensão corresponde ao sinistro previsto no contrato de seguro; com sua verificação, nasce o direito de exigir da seguradora o pagamento da indenização constante do pacto livremente celebrado entre as partes.

A Súmula n. 229/STJ estabelece que "o pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão". Ora, só pode ser suspenso o prazo que já teve início. Assim, não pode subsistir o entendimento das instâncias ordinárias, no sentido de que a negativa administrativa corresponde ao termo inicial da contagem da prescrição.

Não obstante essas considerações, há de se observar que a sentença e o acórdão recorrido não se pronunciaram acerca das premissas necessárias à verificação da prescrição, no caso concreto, pois não foi apontada, com rigor, a data em que se verificou arruinada a plantação do autor. Assim, necessário o retorno dos autos à Corte de origem, para que examine essa questão de fato, cujo exame é insuscetível de realização em sede de recurso especial.

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, nos termos acima.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora